



21,4
BILHÕES DE
reais é a renúncia fiscal
total com as desonerações
estimada pelo governo
federal para 2014, contra
os R\$ 16,5 bilhões
previstos para este ano

A medida de estímulo acabou criando um buraco, que é coberto de forma pouco clara pelo Tesouro.

Geraldo Biasoto
Professor da Unicamp



10
QUARTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2013

26% >>
DAS VENDAS
ilegais do Paraguai
têm o Brasil como
destino. O País
é o principal
consumidor
desses produtos

Autoridades brasileiras
parecem minimizar a
possibilidade de
rebaixamento da nota de
crédito do País pelas
agências internacionais
de classificação de risco



Desoneração

Renúncia fiscal grande demais

Especialistas em contas públicas apontam que a renúncia fiscal com a política de desoneração da folha de pagamentos empreendida pelo governo federal, que chegará a 56 setores, ao todo, a partir do ano que vem, é grande demais quando cruzada com as consequências sobre a atividade econômica. O governo estima em R\$ 21,4 bilhões a renúncia total em 2014, ante R\$ 16,5 bilhões neste ano. Estudo do Ministério da Fazenda sobre os efeitos da política mostra que a desoneração da folha de pagamentos para os três setores que inauguraram a medida governamental (couro e calçados, confecção e TI), em dezembro de 2011, gerou um potencial de 21,3 mil vagas formais a serem criadas nesses setores. Até julho deste ano, esses mesmos segmentos representaram renúncia fiscal da ordem de R\$ 3 bilhões.

“Isso quer dizer que cada emprego potencial nesses três segmentos terá custado R\$ 140,8 mil aos cofres públicos, ou R\$ 7 mil por mês, desde que ela começou”, afirmou José Roberto Afonso, especialista em contas públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Considero um valor muito alto, mas a falta de informações mais precisas complica uma análise melhor”, disse o economista.

Baseado nos principais pontos do estudo divulgados, Afonso afirmou, no entanto, que não é possível realizar estimativas próprias.

“É louvável a atitude do Ministério da Fazenda, mas eles dispõem de dados que ninguém mais tem”, disse. “Não temos acesso aos dados abertos, por cada setor beneficiado com a medida, de quantos empregos formais e informais eles sustentam, ou o custo fiscal unitário, ou o número de empresas beneficiadas, ou mesmo o nível de exportação e importação de cada ramo, para verificarmos como estavam antes da medida”, disse.

Em estudo recente, Afonso e o economista Gabriel Leal, da FGV-Rio, usaram dados da Receita Federal e estimaram que a renúncia fiscal será muito maior do que a estipulada



É louvável a atitude da Fazenda, mas eles dispõem de dados que ninguém mais tem.

José R. Afonso
Economista da FGV



lo acabou criando um buraco, que é coberto de forma pouco clara pelo Tesouro Nacional”, disse Biasoto. “Para as contas públicas, essa questão gera ruído nas expectativas, e isso afeta a credibilidade da política fiscal.”

S&P defende mais ações e menos discursos

O tom amistoso do governo brasileiro com as empresas precisa se traduzir em ações para que a agência de classificação de risco Standard & Poor's reconsidere sua perspectiva negativa a respeito da maior economia latino-americana, na avaliação de uma importante analista da agência de classificação de crédito.

O alerta da S&P sobre um possível rebaixamento da nota brasileira, em junho, levou a presidente Dilma Rousseff a repensar a estratégia econômica do seu governo, alterando sua posição para agradar às agências de rating e aos investidores. Dilma prometeu manter as finanças públicas em ordem por meio de contenção dos gastos governamentais. Ela também elevou os dividendos para potenciais investidores em projetos de infraestrutura e prometeu reduzir as transferências de capitais para os bancos estatais.

“Esses sinais são muito importantes, mas precisam ser amparados por ações reais”, disse Lisa Schineller, analista secundária da S&P para o Brasil e economista-chefe da agência para a América Latina. “Um histórico teria de ser estabelecido.”

TRÊS ANOS de crescimento medíocre e um aumento do déficit em conta corrente no Brasil fizeram com que os investidores perdessem parte do seu entusiasmo pelo País, até recentemente visto como uma história de sucesso entre os mercados emergentes.

As autoridades brasileiras dizem que o pessimismo é exagerado, e minimizam as ameaças de rebaixamento da nota de crédito, observando que o nível de endividamento continua bem mais salutar do que na maioria dos países desenvolvidos, e que os investimentos estrangeiros continuam entrando.

Grande exportador de minério de ferro e soja, o Brasil viu seu crescimento econômico se desacelerar de estonteantes 7,5% em 2010 para apenas 0,9% no ano passado, bem abaixo dos resultados obtidos pelo vizinho Peru e até mesmo pela Bolívia, um dos países mais pobres da região.

Em junho, a S&P confirmou suas notas para o Brasil – BBB em longo prazo, e A2 em curto prazo –, mas disse ter uma perspectiva negativa, com pelo menos um terço de probabilidade de que a qualificação do País seja rebaixada nos próximos dois anos.

A iminente redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos pressiona ainda mais o balanço de pagamentos brasileiro, porque os investidores devem se livrar de ativos mais arriscados para buscarem dividendos relativamente mais elevados nos EUA.

ALÉM DISSO, Dilma enfrentará forte pressão para gastar mais em 2014, ano em que deve disputar a reeleição. “É aí que a mudança de tom é importante, mas novamente você precisa ver algo acompanhando”, disse Schineller num intervalo da reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Washington. “As manobras contábeis e a opacidade em torno do superávit primário criaram um desafio de credibilidade ao governo”, afirmou Schineller.

O governo Dilma foi criticado no ano passado por eliminar alguns gastos e por usar dinheiro de um fundo soberano para inflar os cofres públicos e cumprir sua meta de superávit primário para 2012.

O equilíbrio orçamentário primário, que representa o saldo fiscal do governo antes do pagamento das dívidas, é observado de perto pelos investidores, que o veem como uma medida da capacidade do governo para honrar suas dívidas. (Com agências Estado e Reuters)

Brasil tem o 2º maior nível de endividamento entre emergentes

Estudo divulgado pelo Instituto Internacional de Finanças (IIF), entidade formada pelos maiores bancos do mundo, aponta que, na contramão dos países desenvolvidos, o endividamento, sobretudo do setor privado, nas nações emergentes teve alta expressiva desde o início da crise financeira mundial.

Entre um grupo de dez grandes países emergentes avaliados no estudo, o Brasil registrou a segunda maior taxa de crescimento dos passivos. O líder no ranking foi a China. O nível de endividamento do Brasil subiu 34 pontos percentuais de 2007 até 2013. Com isso, alcançou a marca de 140% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse número é a soma do passivo do setor público e do setor privado (empresas e famílias, excluindo o setor financeiro).

Na China, o salto foi de 138% do PIB para 200%. No ranking, a Polônia aparece empatada com o Brasil e nas cinco primeiras posições aparecem ainda Índia e África do Sul. O IIF destaca que o aumento desses níveis de endividamento nos países emergentes tem sido puxado, basicamente, pelo setor privado e, dentro desse segmento, pelas empresas.

Com o dólar baixo e a alta liquidez internacional, muitas corporações passaram a ter acesso mais fácil ao crédito, incluindo o financiamento em moeda estrangeira. O nível de passivo corporativo subiu 25 pontos percentuais de 2007 a 2013, para 77% do PIB.

O documento faz um alerta de que a maior alavancagem deixa os agentes, principalmente as corporações e famílias, muito mais vulneráveis a choques negativos, como um aumento inesperado nas taxas de juros internacionais.

Além disso, o aumento dos passivos não é necessariamente associado à maior taxa de



34

pontos percentuais foi quanto subiu o endividamento do Brasil de 2007 a 2013. Com isso, o País alcançou a marca de 140% do PIB, segundo o estudo divulgado pelo IIF

25

pontos percentuais foi o crescimento do nível de passivo corporativo dos países emergentes de 2007 a 2013, atingindo a 77% do PIB, de acordo com a entidade dos maiores bancos do mundo



Tributação elevada e concorrência da ilegalidade

BIANCA MELLO

A indústria de cigarros produz cerca de 5,4 trilhões de unidades por ano no mundo. O Brasil é o maior mercado latino-americano do produto e consome cerca de 42% do total vendido na região. O maior desafio do País hoje está no combate ao contrabando e a Souza Cruz, líder do segmento há mais de 50 anos, tem o mercado negro como principal concorrente.

A forte carga tributária sobre o cigarro (mais de 60% do preço final de venda) faz com que o preço fique elevado no Brasil. Por outro lado, o vizinho Paraguai possui impostos menores e muitos cigarros contrabandeados de lá são vendidos por R\$ 1,20 a R\$ 2. Para evitar essa disparidade, a Lei do Preço Mínimo estabeleceu que o menor valor permitido para esse produto no varejo seria de R\$ 3, em 2012, e passou para R\$ 3,50 este ano.

O mercado ilegal do tabaco é uma situação que prejudica não só a Souza Cruz como também os consumidores e a União. Por conta do preço mais em conta, muitas pessoas acabam consumindo aqueles cigarros que não seguem a regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o governo federal perde em arrecadação de impostos.

A lei foi implementada para recuperar a arrecadação tributária do setor, que é necessária para fazer frente aos gastos com saúde pública. Além disso, o governo espera que ela proporcione uma maior competitividade entre as empresas que operam no segmento.

Em apresentação na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) em agosto deste ano, a Souza Cruz mostrou que, em 2012, o mercado ilegal representou perda de R\$ 2 bilhões para os cofres públicos e de 30 mil postos de trabalho que poderiam ter sido gerados na indústria formal. O Brasil, destino de 26% das exportações ilegais do Paraguai, é o principal consumidor desses produtos.

crescimento desses países, ressalta o relatório. Ou seja, muitos agentes podem ter se endividado mais do que o necessário.

A expansão das taxas de endividamento nos emergentes não foi acompanhada pelos países desenvolvidos, onde os níveis, sobretudo do setor privado, cresceram bem menos ou até caíram.

No total, os dez países emergentes avaliados no estudo do IIF viram os níveis de passivos saltarem de 105% para 136% do PIB desde o início de 2007 até 2013. Com acesso mais fácil ao crédito bancário, as famílias tomaram mais empréstimos e se endividaram

nos últimos anos.

A participação dos passivos do segmento no PIB dos mercados emergentes subiu sete pontos percentuais desde 2007, passando para 23% este ano. Já o endividamento do setor público permaneceu estável ou declinou na maioria dos emergentes, de acordo com o levantamento.

Brasil e Índia são citados como os dois países com maiores níveis de dívida do governo em relação ao PIB, perto dos 70%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que a dívida bruta do Brasil termine 2013 em 68,3% do PIB e a da Índia, em 67,2%.

Economia Brasil
153
Reportagem 0167



Manobras contábeis realizadas no superávit primário criaram um desafio de credibilidade ao governo brasileiro.

Lisa Schineller
Analista da S&P

